

A evolução da família e suas implicações no cuidado dos filhos

*Mara Cristina Ripoli Meira*¹

RESUMO: Este estudo objetiva fazer uma reflexão sobre o papel da família no cuidado dos filhos. Resgata as transformações ocorridas na instituição familiar desde a instituição patriarcal à atualidade, enfocando as implicações destas mudanças no processo de cuidado dos filhos.

PALAVRAS-CHAVE: família; criança; cuidado.

¹ Enfermeira, Mestre em Enfermagem (UFPR), Coordenadora do Curso de Enfermagem da Faculdade União das Américas – UNIAMÉRICA, Coordenadora do Serviço de Epidemiologia do Município de Foz do Iguaçu. E-mail: mararipoli@uniamerica.br

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a influência familiar exerce grande repercussão no bem estar biopsicossocial de uma pessoa por toda a sua vida. Pôster *apud* Ceverny (1994) afirma que apesar do atual interesse que existe em relação à família, sabe-se pouco sobre a sua evolução no passado e para o futuro, pois para este autor a ciência social ainda não possui uma definição adequada de família, ou um conjunto coerente de categorias que sirva de base para analisá-la, ou um rigoroso esquema conceptual para especificar o que há de significativo nela.

A família é um sistema complexo inserido dentro de um contexto social e histórico, suas estruturas sofrem influências em relação à: globalização, economia, mulher no mercado de trabalho, pai assumindo afazeres domésticos, divórcio, novos casamentos, pais solteiros, famílias homossexuais, a mídia entre outros. Estes fatores mudaram drasticamente o modo de educar e cuidar dos filhos, tornando-se um desafio para os pais. O modo tradicional de educar os filhos, pelo menos aparentemente, parecia ser menos complexo, pois cada membro da família (pai, mãe e filhos) tinha seus papéis definidos e inquestionáveis.

De acordo com Carvalho (1995), as mudanças incidiram na autoridade patriarcal e na divisão dos papéis familiares, alterando as relações entre o homem e a mulher e aquelas entre os pais e os filhos, no interior das famílias.

Bowlby *apud* Collet e Oliveira (1998) destaca a crescente e constante evidência de que a natureza do cuidado proporcionada pelos pais aos filhos durante a sua infância é de fundamental significação no futuro da saúde mental.

Em nosso país, entretanto, a pluralidade de composições familiares, devido ao progresso tecnológico e ao mesmo tempo com aumento da pobreza, leva a um aumento da marginalidade, violência, falta de acesso à educação, saúde, moradia entre outros, fatores estes que interferem na educação das crianças. Isto faz com

que os pais muitas vezes não consigam educar seus filhos de forma adequada, tendo que mudar hábitos, aceitar situações e enfrentar problemas para os quais não estão preparados.

Tendo em vista as transformações por que passam as famílias é que resolvemos realizar este estudo. Ele resgata os modelos familiares e suas evoluções através da história, bem como suas implicações no cuidados dos filhos.

A FAMÍLIA, A CRIANÇA E A INFÂNCIA

Segundo Bachofen *apud* Engels (1995), na história primitiva os seres humanos viviam em promiscuidade sexual, os homens praticavam a poligamia e as mulheres a poliandria, estas relações excluía a possibilidade de estabelecer, com certeza, a paternidade, motivo pelo qual a filiação só podia ser contada por linhagem feminina e as mulheres gozavam de grande apreço e respeito. Nesta época quando o pai de família falecia seus bens não passavam para seus filhos e sim para seus irmãos, pois os filhos só podiam ser herdeiros de suas mães.

Com a criação do gado, elaboração de metais, a arte de tecer e, por fim, a agricultura, houve acúmulo de riquezas, as quais foram convertidas em propriedades particulares das famílias e deram ao homem uma posição mais importante do que a da mulher. Este fato fez modificar a história em relação à ordem da herança estabelecida, pois foi a partir desta época que houve a revolução da ordem familiar o que resultou na abolição da filiação feminina e do direito hereditário materno, que foi substituído pela filiação masculina e o direito hereditário paterno, resultando na monogamia feminina.

Com a monogamia a mulher passa a pertencer a um só homem, a filiação é contada pela linhagem masculina, e as mulheres perdem sua posição de respeito e liberdade passando a serem tratadas como objetos de posse dos homens. O homem apoderou-se também da direção da casa, a mulher viu-se

degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução, caracterizando-se assim a família patriarcal.

As transformações sociais e culturais de nossa sociedade estão expressas no livro *A História Social da Criança e da Família*, publicado em 1964, por Philippe Aires. Nela encontramos a análise das transformações da vida social, através da representação da família, desde a era medieval até o século XIX, onde o autor descreve muito bem o cenário encontrado na época. Segundo o autor, neste período, a educação ocorria através da aprendizagem do serviço doméstico, pois criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais porque na época não havia limites entre a profissão e a vida particular. A participação na vida profissional – expressão bastante anacrônica, aliás – acarretava a participação na vida privada, com a qual se confundia aquela. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir (ARIÈS, 1981).

Neste modelo de família o pai, a mãe e os filhos tinham um papel definido devendo conviver juntos a vida inteira, integrando uma ordem social firme (SHORTER, 1975). De acordo com Montaigne e Molère *apud* Ariès (1981), acreditava-se que nasciam muitas crianças para a sobrevivência de poucas, isto ocorria em conseqüência de fatores culturais e religiosos da época e também em função das condições demográficas, que eram pouco favoráveis.

Em Londres em 1750, a mortalidade de crianças variava entre oitenta e noventa por cento (ARIÈS, 1981). De acordo com este autor, no século XVI e XVII existiam hábitos que contribuíam para alta taxa de mortalidade infantil, como a prática exercida pelas mães, mesmo as mulheres da elite, de enviarem os seus bebês para amas de leite, para serem amamentados até seus dois anos. Muitos bebês eram abandonados em instituições de caridade, deixados por

longos períodos de tempo sozinhos, e era costume enviar as crianças, com idade a partir dos sete anos para viverem com outras famílias para aprenderem ofícios, motivo pelo qual a socialização das crianças não era assegurada e nem controlada pela família e sim por adultos estranhos. Estes hábitos comuns na época hoje nos assustam, dada a importância que representa a criança no seio familiar e a força e o poder do sentimento de amor materno vivenciado pela maioria das mães.

Conforme Priore (1997), no Brasil durante o período colonial o abandono de crianças era prática comum durante o primeiro e o segundo século de colonização. Esta situação causou indignação numa sociedade que herdou a religião européia, motivo pelo qual, também, foram criadas as casas de caridade, as rodas dos expostos, para acolher crianças abandonadas. O abandono ocorria por vários motivos, entre eles: filhos fora do matrimônio (as mulheres brancas da elite eram condenadas moralmente); morte e adoecimento dos pais (da classe trabalhadora); falta de controle de natalidade. Para este autor o abandono era uma forma paradoxal de proteger a criança e a história secreta da dor feminina, principalmente das mulheres que enfrentavam obstáculos ao tentar assumir e sustentar seus filhos nascidos fora do matrimônio.

Ainda para esta autora, a família transformou-se profundamente à medida que modificou suas relações internas com a criança. Nesse processo, a criança foi fundamental para entender o que estava ocorrendo na época e a necessidade de educá-la ou prepará-la para a vida futura passou a fazer parte da dinâmica familiar, tendo a escola como principal complemento. Com a inserção da criança na escola e sua permanência nos lares, observa-se que a família se distancia da sociedade para se fechar, cada vez mais, num espaço privado. No final do século XVII, portanto, a família passou a manter-se distante da sociedade, devido à necessidade de intimidade e de identidade dos seus membros, fator este que se tornou constante na dinâmica da estrutura familiar. O *ficar juntos* demonstrou ser eficaz nas relações familiares, porém,

até o início do século XVIII, uma grande parte da população pobre possuía as crianças afastadas da casa de seus pais.

De acordo com Ariès (1981), em meados do século XVIII, a preocupação dos adultos com as crianças passa a ser observada. Embora a mortalidade infantil continuasse elevada, o sentimento de infância fez com que os pais se preocupassem mais com os filhos em relação à atenção, cuidados de higiene, vacinação contra varíola, contribuindo com a redução da mortalidade infantil. Tudo que se referia à família e a criança tornava-se assunto sério, deu-se ênfase na higiene e saúde física da criança.

Segundo este autor, a partir desta época as realidades e os sentimentos das famílias passaram a transformar-se, numa revolução lenta e profunda, principalmente pelo abandono da prática de enviarem os bebês para amas de aluguel e para aprender a viver e trabalhar com outras famílias, pois a educação passou a ser atribuição da família de origem e da escola. Tal mudança contribuiu para a aproximação da família com a criança, para aumentar o sentimento de família e da infância. A família concentrou-se em torno da criança. Nas famílias modernas começa a existir a preocupação em preservar a inocência infantil o que resultou em dupla atitude moral em relação à infância, ou seja, preservá-la da sujeira da vida, especialmente da sexualidade tolerada, e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão. As medidas de atenção, de amor, de carinho e de higiene, desenvolvidas pela família em prol das crianças, sem dúvida, contribuíram acentuadamente para redução da mortalidade infantil.

Segundo Shorter (1975), no fim do século XVIII, os jovens começaram a dar mais valor aos sentimentos do que às condições exteriores como a propriedade e o desejo dos pais na escolha dos parceiros conjugais, quando, então, percebe-se que o amor e carinho tanto em relação à união conjugal, como aos cuidados com a criança, começam a aflorar. Observa-se, também, que as famílias passam a dar maior ênfase na existência da criança, no seu bem

estar físico e emocional e elas passam a assumir lugar central no contexto familiar.

Para este autor houve, entre o final do século XIX e as décadas de 1920 e 1930, grande declínio da mortalidade infantil em toda a sociedade, tendo como fatores os alimentos esterilizados e a pasteurização do leite. Ele afirma que, além disto, o amor maternal funcionou como variável independente na complexa equação da mortalidade infantil. Com o processo de industrialização a família moderna evoluiu, passando a ter uma nova conotação, a de família nuclear, formada por pai, mãe e seus filhos. Formou-se o sentimento de família, que está diretamente ligado ao sentimento de infância, a qual surge da união do pai, da mãe e dos filhos. A família nuclear passa a ter uma consciência de unidade emocional que deve ser protegida. O amor materno gerou um ninho de afeto que uniu a família moderna isolando-a em sua domesticidade.

Estes autores definem a família nuclear como um pequeno grupo-tarefa, no qual os membros adultos realizam tarefas diferenciadas e complementares, transparecendo modelos feminino e masculino de ações intrafamiliares. O pai (masculino) tem o papel de provedor, constituindo-se na principal fonte de recursos monetários, a mãe (feminino), por sua vez, tem o papel de cuidar e zelar pelo bem-estar do convívio social entre os membros da família, organizando, protegendo, administrando o orçamento doméstico no sentido de proporcionar um clima familiar ameno e harmonioso.

Oliveira et al (1997) afirma que a evolução da importância da criança na família e, por consequência na sociedade moderna, reforça a idéia de que a situação de bem estar das crianças e dos adolescentes encontra-se diretamente relacionada à possibilidade de manterem um vínculo familiar seguro.

Com o passar do tempo a família nuclear ou moderna, transforma-se em família pós-moderna, termo este utilizado para caracterizar as famílias na nossa contemporaneidade.

Vaitsman (1994) afirma que o que caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja a respeito das práticas, ou do discurso normatizador das práticas, em qualquer contexto social.

Ao resgatar a história do desenvolvimento da família verificou-se que questões preestabelecidas nas famílias patriarcais como o casamento, o trabalho, a sexualidade e o amor, transformaram-se em projetos individuais. A busca da individualidade incidiu diretamente nas mudanças dos padrões familiares. Segundo Carvalho (1995), um dos fatores determinantes deste processo foi impulsionado principalmente pelas mulheres, a partir do momento que assumiram o controle da reprodução e conquistaram seu espaço na sociedade. Por outro lado, esta conquista tem gerado muitos problemas no meio familiar, um deles é compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiar. À medida que existe espaço social para o desenvolvimento da individualidade parece que os papéis familiares se tornam conflitivos na sua maneira tradicional.

Os papéis sexuais e as obrigações entre pais e filhos não se encontram mais definidos. A divisão sexual das funções, o detentor da autoridade e todas as questões dos direitos e deveres familiares, na atualidade, são negociados entre os membros da família. A divisão do trabalho doméstico e cuidado dos filhos entre os cônjuges, cooperação financeira da mulher no sustento do lar, levaram a uma mudança do modelo tradicional de autoridade familiar, dos pais sobre os filhos e do marido sobre a esposa, o que tem gerado um conflito entre os exageros da autoridade do tipo tradicional e a autoridade necessária dos pais. Este fato leva a uma permissividade que tem prejudicado as crianças, que por vezes estão sendo criadas sem limites estabelecidos por seus pais. Entretanto, em fase de transição acelerada, como a que atualmente atravessam os valores e atitudes em relação à família e às relações dentro dela, são comuns tensões e conflitos em áreas relacionadas ao controle e distribuição de poder, além das oscilações e ambivalências ao longo do contínuo permissividade-controle rígido,

já que para os pais está em jogo, além do interesse dos seus filhos, a imagem social que projete a sua própria auto-imagem como agentes socializadores.

A família na sociedade contemporânea sofre influência de fatores como o mercado de trabalho, possibilidades de consumo, acesso a sistema de saúde e educacional, à informação e ação da mídia entre outros. Como resultado, temos lógicas diferenciadas de articulação das relações familiares, que se expressam no significado dos vários papéis familiares. Em relação à criança e ao adolescente, é no atual contexto da família que eles vivenciam a vida social, cabendo a esta a responsabilidade para sua criação, educação, desenvolvimento e formação. A família aparece como unidade econômica e como direito das crianças e adolescentes (OLIVEIRA, 1997).

Para este autor, fatores econômicos como a globalização, os ajustes econômicos ocorridos, a dificuldades de acesso a bens e serviços, bem como a alta taxa de desemprego, têm levado a família brasileira há um processo de empobrecimento e aumento da exclusão social, formando uma sociedade desigual, causando alterações drásticas na família, afetando diretamente as crianças e adolescentes, que ingressam cada vez mais cedo no mercado de trabalho clandestino, para reforço da renda familiar, deixando os estudos para um segundo plano. Apesar da grande evolução dos cuidados dispensados às crianças com o passar dos séculos, ainda hoje é grande o número de crianças abandonadas que sofrem os mais diversos tipos de violência, que passam fome, que morrem por causas evitáveis, que não têm acesso à saúde e educação.

Conforme Goldani *apud* Oliveira (1997), outro fator importante que ocorreu na família pós-moderna foi a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida, fator este que contribui para a mudança no arranjo familiar, causando impacto na estrutura etária e na longevidade da população. Na segunda metade do século XIX, o Brasil aumentou sua população de 70 para 160 milhões de habitantes e passou de predominantemente rural

para urbana. A taxa de fecundidade caiu de 6.2 para 2.5 e houve um aumento na esperança de vida de 54 para 67 anos. Estas transformações sociais, econômicas e demográficas promovem uma diversificação ainda maior dos arranjos familiares, mas também conservam as formas tradicionais de família. O sentido de infância, na atualidade, deve ser pensado levando em consideração as transformações pelas quais passa a família e, ainda, a mudança das funções materna e paterna; o tamanho das famílias, que estão cada vez menores; a constituição de famílias com filhos de diferentes pais/mães; as transformações ocorridas na vida cotidiana e na intimidade dos núcleos familiares.

Para Freitas *apud* Oliveira (1997), a família, enquanto forma de agregação, tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento da humanidade; pode ser influenciada por problemas sociais de naturezas diversas que afetam o desenvolvimento integral de seus membros. Desta forma, a família pode deixar de ser agente de socialização de seus componentes. O bem estar infantil manifesta-se de forma precisa, podendo ser percebido através das condições gerais de sobrevivência, nível de educação e respeito dos seus direitos humanos básicos, entre os quais está manter um vínculo estável com a família. O lar é entendido como uma forma de organização social e, como tal, concentra responsabilidades relacionadas ao desenvolvimento de suas crianças envolvendo aprendizagem e solidariedade social, entre outras.

Este autor afirma que a família na atualidade reorganizou-se em torno da criança. Seus membros unem-se pelo sentimento de amor, pois a criança necessita de amparo e proteção. Seus direitos estão situados na esfera de ordem privada (amor, proteção, alimentação, moradia, lazer) e na pública (saúde, educação). A partir de condições de existência familiar, da qualidade de relacionamento, a família tende a propiciar à criança condições de vida onde a manutenção do vínculo afetivo é fator necessário para o desenvolvimento integral da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível pensar no bem estar da criança, sem pensar em família. Pensar em família é refletir sobre a complexidade de fatores que envolvem o mundo familiar observando sua realidade, buscando compreender seu modo de viver no mundo. A família é o espaço de inclusão e acolhimento da criança, no qual ela deve receber amor, afeto, proteção e segurança, cabendo à família a função socializadora da criança.

Resgatando a história, observa-se que a infância vem sendo entendida de diferentes maneiras no seio familiar e na sociedade e que a família seja ela tradicional, moderna. ou pós-moderna, é um grupo social, responsável em formar o primeiro alicerce do ser humano, que vai defini-lo por toda sua vida.

Em relação aos cuidados com os filhos podemos dizer que tanto na família moderna como na pós-moderna a criança continua sendo o centro das atenções no meio familiar, porém, através de uma educação diferente daquela realizada pela mulher tradicional cujo papel era exclusivamente cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. A mulher hoje se encontra no mercado de trabalho auxiliando a prover os recursos financeiros para manter o bem estar de seus membros, e também exercendo a função de mulher mãe, cuidadora e socializadora de seus filhos. A mulher, nesta dinâmica familiar, passa a ser integrada pelas forças produtivas (como trabalhadora) e reprodutivas (como mãe). Com isso, amplia-se a escolaridade feminina, o grau de autonomia da mulher, a independência financeira e aumenta a composição salarial da família.

Algumas características predominantes se fortalecem e se solidificam na família pós-moderna: a consolidação da mulher na esfera pública e no mercado de trabalho, a distinção entre o pai-provedor e mãe-zeladora cada vez menos acentuada, famílias dependentes de mais de um salário. Porém, ainda persistem as

desigualdades entre homens e mulheres, como conseqüências importantes deste processo. Observamos o aumento da taxa de divórcios, o aumento da taxa de uniões sem formalidades contratuais (modelos de co-habitação), maternidade e paternidade de solteiros, reprodução assistida, laços matrilineares extensos, acirramento da rede de parentesco *fictício*.

Família, portanto, neste contexto pré-moderno, moderno e pós-moderno se situa como representado de modelos específicos pertencentes a determinados estágios da História, resultando em conquistas, avanços e reflexões sobre o impacto de tais transformações no cotidiano das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIËS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro. Guanabara, 1981.
- CARVALHO, M.C. L. de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: educ. 1995.
- CEVERNY, C.M.O. de. **A família como modelo: descontraindo a patologia**. Campinas: PSY II, 1994.
- COLLET, N. OLIVEIRA, B. R. G. de. **Criança hospitalizada sem acompanhante: experimentando o sofrimento**. Texto Contexto Enfer. Florianópolis, v.7, p. 255-267. mai/ago.1988.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1995.
- ELSEN, I. MARCON, S. S.; SANTOS, M. R. dos. **O viver em família e a sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: Eduen, 2002.
- GEORGE, J. B. **Teorias de enfermagem: os fundamentos a pratica profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- OLIVEIRA, B. R. de. **A criança, a infância e a família**. Cascavel, 1997. 11f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Fundamental). Escola de enfermagem da EERP - Universidade de São Paulo. 1997.
- SHORTER, E. S. **A formação da família moderna**. Tradução de: Teresa Pérez. Roseta, 1975. Original inglês.
- VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento, e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto 1997